DIVULGAÇÃO DE **RESULTADOS** 2022

GRUPO energisa

Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	3.744	535
Concessionárias e permissionárias	6	1.486	1.325
Tributos a recuperar	7	453	529
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	10.442	10.669
Outros créditos		80	-
Total do circulante		**16.205**	**13.058**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	77.168	69.095
Outros créditos		56	-
		77.224	**69.095**
Imobilizado		4	-
Total do não circulante		**77.228**	**69.095**
Total do ativo		**93.433**	**82.153**
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Passivo			
Cirulante			
Fornecedores	11	618	57
Salários e encargos a pagar		-	2
Impostos e contribuições sociais	12	577	1.143
Encargos setoriais		63	60
Outras contas a pagar		32	-
Total do circulante		**1.290**	**1.262**
Não cirulante			
Impostos e contribuições sociais	12	253	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	2.774	2.774
Outras contas a pagar		34	-
Total do não circulante		**3.061**	**2.774**
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital			
Capital social	13.1	38.500	31.000
Reserva de lucros		50.582	47.117
Total patrimônio líquido		**89.082**	**78.117**
Total do passivo e patrimônio líquido		**93.433**	**82.153**
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2022	2021
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		2.859	1.892
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		15.765	10.359
Receita operacional líquida	14	**18.624**	**12.251**
Custo do operação	15	(2.008)	(1.570)
Lucro bruto		**16.616**	**10.681**
Despesas gerais e administrativas	15	(247)	(523)
Outras receitas/despesas		-	140
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		**16.369**	**10.298**
Receitas financeiras	16	170	15
Despesas financeiras	16	(122)	(310)
Despesas financeiras líquidas		**48**	**(295)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**16.417**	**10.003**
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(241)	(301)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(211)	(80)
Lucro líquido do exercício		**15.965**	**9.622**
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R$	17	**0,52**	**0,31**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício	17	15.965	9.622
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		15.965	9.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuizos) acumulados	Recursos destinados e futuro aumento de capital	Total
			Reserva Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**25.000**	**1.292**	**42.769**	**-**	**6.000**	**75.061**
Aumento de capital com AFAC		6.000	-	-	-	(6.000)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.622	-	
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal		-	481	-	(481)	-	-
Dividendos	13.5	-	-	-	(6.566)	-	(6.566)
Retenção de lucros		-	-	2.575	(2.575)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**31.000**	**1.773**	**45.344**	**-**	**-**	**78.117**
Aumento de capital conforme AGE de 20/05/2022	13.1	7.500	-	(7.500)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.965	-	15.965
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	13.2	-	798	-	(798)	-	-
Dividendos	13.5	-	-	-	(5.000)	-	(5.000)
Retenção de lucros	13.3	-	-	10.167	(10.167)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**38.500**	**2.571**	**48.011**	**-**	**-**	**89.082**

-

-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Remuneração do ativo de contrato	14	16.917	11.104
Receita de operação e manutenção	14	2.783	1.383
Ganho (Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura		-	509
Outras receitas		76	140
		19.776	**13.136**
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, serviços de terceiros	15	(2.124)	(1.985)
Outros custos operacionais	15	(91)	(14)
		(2.215)	**(1.999)**
Valor adicionado bruto		**17.561**	**11.137**
Valor adicionado líquido produzido		**17.561**	**11.137**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira	16	169	15
Valor adicionado a distribuir		**17.730**	**11.152**
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		33	94
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		1.452	1.126
Obrigações Intra-setoriais		158	-
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	16	122	310
Remuneração de capitais próprios			
Reserva legal	13.2	798	481
Dividendos	13.5	5.000	6.566
Retenção de lucros	14.3	10.167	2.575
		17.730	**11.152**
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)

'DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	13	15.965	9.622
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	452	80
PIS & COFINS diferido		618	-
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		(169)	-
Remuneração do ativo de contrato	10	(16.917)	-
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição de impostos a recuperar	7	80	155
Diminuição (aumento) de Concessionárias e permissionárias	6	8.910	(1.901)
(Aumento) outros créditos		(136)	-
Diminuição despesas antecipadas		-	28
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores	11	561	59
(Diminuição) de impostos e contribuições sociais	12	(1.383)	(1.945)
Aumento de outras contas a pagar		67	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**8.048**	**6.098**
Atividades de investimentos			
Redução em aplicações financeiras e recursos vinculados		165	-
Aplicações no imobilizado e intangível		(4)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		**161**	**-**
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	13.5	(5.000)	(6.567)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**(5.000)**	**(6.567)**
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		**3.209**	**(469)**
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5.1	535	1.004
Caixa e equivalentes de caixa finais	5.1	3.744	535
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		**3.209**	**(469)**
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A
(nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A ("Companhia"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de junho de 2016 e tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Alteração do controlador

Em 11 de fevereiro de 2022, a Energisa S/A e sua controlada direta Energisa Transmissão de Energia S/A, concluíram a operação de aquisição de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A., após o cumprimento das condições precedentes. O ativo adquirido corresponde a uma subestação denominada Paranaíta com 500/138 KV 3 x 50 MVA + reserva conforme contrato de concessão nº 22/2016 - Lote X e leilão da Aneel nº013/2015.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2022 foi aprovada a alteração da razão social da Companhia para Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A (nova denominação social da GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.).

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2016, foi assinado o contrato de concessão nº 22/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 27 de junho de 2046, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado de Mato Grosso, composta pela Linha de Transmissão SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA, conexões de unidades de transmissão, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I – operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V – submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

I. Nota explicativa nº 8 - Créditos tributários;
II. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato); e
III. Nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos;

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa – Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros

***Ativos financeiros*:**

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e compreendem em saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. **Concessionárias e permissionárias** – refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência;

d. **Ativo de contrato de concessão**– corresponde ao contrato de concessão nº 30/2018 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. No qual, as características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um contas a receber (ativo financeiro).

O valor do ativo contratual da sua Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 8% e 12% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

e. Imposto de renda e contribuição social - a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

f. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

g. Receita Operacional - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i)

identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas da Companhia são:

- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento;

- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 8% e 12% ao ano;

- **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e

- **Receita de operação e manutenção: refere**-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.

h. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

i. **Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigên ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o período e não identificou até o momento qualquer impacto ou alterações em suas demonstrações financeiras.

4 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e Equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 40,0% do CDI.

Descrição	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	68	535
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações compromissadas	3.676	-
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante [(1)]	**3.744**	**535**

[(1)] As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

6 Concessionárias e Permissionárias

	2022	2021
Contas a receber com partes relacionadas	40	-
Contas a receber de demais clientes	1.446	1.325
Total - circulante	**1.486**	**1.325**

7 Tributos a recuperar

Descrição	2022	2021
Imposto de renda s/ aplicação financeira	377	425
Contribuição Social s/o Lucro - CSLL	64	92
Contribuições ao Pis e a COFINS	12	12
Total - circulante	**453**	**529**

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8 Créditos tributários impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2022	2021
Passivo		
Imposto de renda	2.040	2.040
Contribuição social sobre o lucro líquido	734	734
Total	2.774	2.774
Total líquido - passivo não circulante	**2.774**	**2.774**

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	2022		2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(8.159)	(2.774)	(8.159)	(2.774)
Total - Ativo (passivo) não circulante	**(8.159)**	**(2.774)**	**(8.159)**	**(2.774)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de operações com transmissão de energia	10.424	11.674	13.489	13.489
Receitas operacional bruta	-	-	(10.867)	(10.867)
Alíquotas de presunção	**8%**	**12%**	**8%**	**12%**
Lucro presumido sobre a receita bruta	**834**	**1.401**	**869**	**315**
Receitas da prestação de serviços	-	-	-	-
Alíquota de presunção	**32%**	**12%**	**32%**	**12%**
Lucro presumido sobre a prestação de serviço				
Receitas financeiras	344	344	-	-
Total das Receitas sem presunção	**344**	**344**	**-**	**-**
Base de cálculo total	1.178	1.745	210	315
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Outros	-	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**295**	**157**	**52**	**28**

9 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding

	Sigla	Ramo de atividade
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia

A Energisa Transmissão de Energia S/A é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas das Energisa S/A		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A; e	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A.	ALSOL	Holding
Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados	Receita com transmissão de energia (1)	Saldo a pagar (fornecedores)	Clientes
ESOL (2)	(583)	-	(583)	-
ESS	-	11	-	-
EBO	-	1	-	-
ETO	-	6	-	-
EMT	-	8.219	-	40
ESE	-	5	-	-
EMS	-	14	-	-
EPB	-	12	-	-
EMR	-	2	-	-
EAC	-	1	-	-
ERO	-	6	-	-
2022	**(583)**	**8.277**	**(583)**	**40**

(1) Referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

(2) Energisa Soluções S/A: as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

Remuneração dos administradores

	2022
Remuneração dos membros da Diretoria	6

10 Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas Companhias através da Receita Anual Permitida – RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	
Linhas de Transmissão	SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	10% a 18%
Taxa de remuneração	8% a 12% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP anual	12.188
Ativo de contrato em 2020	**77.636**
Receita de remuneração do ativo de contrato	11.104
Receita de operação e manutenção	1.383
Recebimento RAP	(10.359)
Ativo de contrato em 2021	**79.764**
Receita de remuneração do ativo de contrato	16.917
Receita de operação e manutenção	1.757
Recebimento RAP	(10.828)
Ativo de contrato em 2022	**87.610**
Circulante	10.442
Não Circulante	77.168

11 Fornecedores

	2022	2021
Serviços	618	57
Total - circulante	**618**	**57**

12 Impostos e Contribuições Sociais

	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS [1]	-	962
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	83	65
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	105	41
Contribuições ao PIS e a COFINS [2]	637	68
Encargos Sociais	-	4
Imposto de renda retido na fonte	2	1
Tributos retidos na Fonte (PIS/COFINS/CSLL)	3	2
Total	**830**	**1.143**
Circulante	**577**	**1.143**
Não circulante	**253**	**-**

(1) **ICMS Diferencial de alíquota-Auto de infração:** A Companhia recebeu em janeiro de 2021 notificação da Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso acusando um débito de ICMS diferencial de alíquota sobre aquisições de equipamentos e materiais para construção do empreendimento. o saldo passivo representa as 3 últimas parcelas do parcelamento gerado em 10 parcelas, sendo 7 pagas no decorrer de 2021. O processo foi concluído em março de 2022, com a quitação da última parcela.

(2) PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP – Receita Anual Permitida.

13 Patrimônio Líquido

13.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R$38.500 (R$31.000 em 2021), representando 31.000.000 (31.000.000 em 2021) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$7.500, sendo realizado mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de retenção de lucros, passando o capital social da Companhia para R$38.500 sem emissão de novas ações.

13.2 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

13.3 Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros

O montante de reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$48.011 (R$45.344 em 2021). Em 2022, foram retidos R$10.167(R$ 2.575 em 2021) com base no orçamento de capital a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

13.4 Limite de Reserva de Lucros

A Diretoria irá propor à AGE, a capitalização de R$6.500 de parte do saldo da reserva de retenção de lucros, de forma que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6.404/76. Com esse aumento, o capital social passará a ser de R$ 45.000 sem alteração da quantidade de ações.

13.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	15.965	9.622
Reserva legal – 5%	(798)	(481)
Lucro líquido ajustado	**15.167**	**9.141**

	2022	2021
Dividendos obrigatórios (25%)	3.792	2.285
. Valores pagos em 2021 correspondem a R$0,211806 por ação ordinária [1]	-	6.566
. Valores pagos em 23 de dezembro de 2022 correspondem a R$0,1298701298 por ação ordinária [1]	5.000	-
Total dos dividendos	**5.000**	**6.566**
% sobre o lucro líquido ajustado	32,96%	71,84%

(1) Os dividendos antecipados aprovados na Reunião do Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2022 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de outubro de 2022.

14 Receita operacional

	2022	2021
Ganho (Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	-	509
Receita de operação e manutenção	1.757	1.383
Receita de remuneração do ativo de contrato	16.917	11.104
Outras receitas	1.102	-
Total de receita operacional bruta	**19.776**	**12.996**
Deduções da receita operacional		
PIS e COFINS Corrente	(376)	(397)
PIS e COFINS Diferido	(618)	(191)
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	(157)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(113)	-
Taxa de fiscalização	(45)	-
Dedução da receita	**(1.152)**	**(745)**
Receita operacional líquida	**18.624**	**12.251**

15 Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	De Operação	Despesas Gerais e Administrativas	2022	2021
Pessoal	-	39	39	94
Material	245	5	250	-
Serviços de terceiros	1.689	187	1.876	415
Custo de construção	-	-	-	1.570
Outras	74	16	90	14
	2.008	**247**	**2.255**	**2.093**

16 Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receita de aplicação financeira	165	15
Outras receitas	5	-
Total das receitas financeiras	**170**	**15**
Juros e multa	-	(310)
Despesas Bancárias/IOF	(14)	-
Outras despesas	(108)	-
Total despesas financeiras	**(122)**	**(310)**
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**48**	**(295)**

17 Lucro por ação básico e diluído

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	15.965	9.622

	2022	2021
Média ponderada das ações	31.000	31.000
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$ (*)	**0,52**	**0,31**

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

18 Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			2022
Risco Operacional	13/03/2024	80.000	70
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2023	90.000	1
			71

19 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Contábil	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa		68	68	535	535
Concessionárias e permissionárias		1.486	1.486	1.325	1.325
		1.554	**1.554**	**1.860**	**1.860**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	3.676	3.676	-	-
		3.676	**3.676**	**-**	**-**

PASSIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Contábil	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		618	618	57	57
		618	**618**	**57**	**57**

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da controladora Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia, através da controladora, conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não operou com derivativos.

Gerenciamento dos riscos de liquidez

Suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia conseguir cumprir seu planejamento financeiro para os próximos exercícios. A Companhia faz gestão de eventuais alterações no cronograma e processos judiciais que possam impactar os recebimentos.

20 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2022 e 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2022	2021
Atividades operacionais		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	19.617	11.104
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da transmissão	(10.828)	-
Atividades de financiamento		

	2022	2021
Aumento de Capital	7.500	6.000

21 Eventos subsequentes

21.1 Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

---*---

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando César Maia
Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/O-0

Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua São Bento, 18 -
15º e 16º andares
20090-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: + 55 (21) 3981-0500
Fax: + 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 7 de março de 2022, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Gabriela Rocha Werberich
Contador
CRC nº 1 RS 079489/O-4

2023RJ020949

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A

31 de Dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente.

DIVULGAÇÃO DE **RESULTADOS** 2022

GRUPO energisa

Relatório da Administração Regulatório

A administração da Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2022, acompanhados das Demonstrações Contábeis Regulatórias correspondentes, preparadas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

1. Mensagem do Presidente

Retrospectiva 2022

As secas e inundações, temperatura recordes, desertificação e ruína econômica de áreas produtivas nos últimos anos no Brasil e em diversas partes do mundo têm servido de alerta para o principal desafio para sobrevivência da humanidade: como evitar as consequências das mudanças climáticas.

O aumento contínuo das emissões de carbono e a crescente frequência de eventos climáticos extremos reforçam cada vez mais a importância de uma mudança decisiva em direção a um futuro de menor concentração dos gases efeito estufa na atmosfera. As políticas e discussões energéticas globais têm se concentrado na importância da descarbonização do sistema energético e da transição para net zero (estado de emissões liquidas de carbono zeradas para o setor energia) até 2050.

No entanto, há diversas considerações importantes de como se chegar até este futuro no Brasil e no mundo. A invasão da Ucrânia pela Rússia não foi apenas um episódio: ela terá profundas e duradouras implicações globais sob ponto de vista econômico, geopolítico e energético.

Do ponto de vista energético, as interrupções no fornecimento de óleo e gás, fertilizantes e minerais russos, e a resultante escassez global de energia e alimentos produziram inflação de custos em todo o mundo. As autoridades monetárias aumentaram os juros de forma orquestrada para debelar estes efeitos, produzindo desaceleração econômica.

Os acontecimentos geopolíticos do ano passado também deixaram claro que a transição energética também tem que levar em conta a segurança e a acessibilidade dos preços da energia.

Juntas, essas três dimensões do sistema energético – segurança, acessibilidade e sustentabilidade – compõem o que há muito tempo é conhecido como o trilema da energia. Qualquer transição energética bem-sucedida e duradoura precisa abordar todos os três elementos do trilema.

Assim como no Brasil, após a severa crise hídrica em 2021, houve forte aumento de custos de energia em todos os países no ano passado, em decorrência do aumento dos custos de energia fóssil. As consequências econômicas e sociais foram muito graves e ainda repercutem.

Os episódios do ano passado na Europa estão levando os países desenvolvidos a reforçar sua segurança energética, direcionando para produção interna de energia renovável ou adquirindo suprimentos de produtos intensivos em energia de países aliados confiáveis. Tudo leva a crer que provavelmente haverá aceleração do ritmo da transição energética.

Isto nos leva à conclusão de que a transição energética deve ser ordenada, de modo a que a demanda por hidrocarbonetos caia em linha com os fornecimentos disponíveis, evitando futuros períodos de escassez de energia e preços mais elevados. Ou que subsídios elevados arcados pelos consumidores de energia sejam evitados durante a transição.

Nesse contexto, o Brasil pode passar ocupar um lugar de destaque por já possuir abundantes recursos naturais e uma matriz energética (incluindo combustíveis) com mais 43% de origem renovável contra 14 % no restante do mundo, além de ser um parceiro confiável e distante dos conflitos internacionais.

Para lograr este intento, deve ser chamada a atenção das autoridades e do público em geral a enorme escalada de subsídios para fontes renováveis, como os da geração distribuída, e as distorções alocativas de custos lançados nas contas de energia elétrica, que acabam por penalizar os consumidores brasileiros.

Em 23 de junho de 2022, foi publicada a Lei Complementar n° 194, que reenquadrou o ICMS sobre energia elétrica após décadas de elevação na alíquota básica. Assim, infelizmente, a energia elétrica passou, junto com outros produtos, a ser reonerada no final do ano em diversos estados. Esta volatilidade tributária acaba por prejudicar a competitividade na atração de investidores que queiram aproveitar as nossas potencialidades energéticas e naturais para alocar produção “verde” no país.

Se por um lado, ainda coexistem subsídios generosos para expansão de fontes renováveis, por outro, são os serviços

regulados de distribuição e transmissão que asseguram confiabilidade, universalização e acesso à energia elétrica para todos. É preciso que a abertura progressiva e ordenada do mercado, e que regras de renovação das concessões de distribuição levem em conta o equilíbrio entre todos esses segmentos, para que não se incorra em uma transição cara e sem segurança para investimentos futuros.

E a Energisa está bem situada neste contexto. Transição energética e eletrificação andam juntas, e possuímos uma grande expertise nestes dois assuntos. Estamos prontos para atender as mais diversas necessidades dos nossos clientes por serviços das redes, se soluções energéticas e comercialização de energia elétrica capitalizando em nossa experiencia centenária no setor.

Realizações e Destaques

Em 2022, a Energisa deu importantes passos na sua ampliação da atuação no segmento de Transmissão, que havíamos iniciado em 2017.

Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia e sua controladora Energisa S.A. concluíram a operação de aquisição da Geogroup Paranaíta. A SPE Paranaíta possui uma subestação de 500/138 kV, 50 MVA e fica na divisa dos estados de Mato Grosso e Pará. O empreendimento faz conexão com a Energisa Mato Grosso e tem uma Receita Anual Permitida de R$ 10,9 milhões.

Em relação aos resultados financeiros da Energisa Paranaíta, o EBITDA cresceu 11,36% e alcançou o patamar de R$ 9,1 milhões em 2022. No ano, atingiu o lucro líquido de R$ 7,5 milhões, variação positiva de 30,35% em comparação com 2021.

A Energisa encerrou o ano com 12 concessões de Transmissão em seu portfólio, das quais 8 operacionais (R$ 665,5 milhões de RAP, considerando receita de fibra ótica) e 4 linhas em construção (R$ 116,0 milhões de RAP, totalizando uma Receita Anual Permitida de R$ 781 milhões para o ciclo de 2022/2023).

Apesar do ambiente de incertezas e volatilidade do mercado, buscamos consolidar-nos como um ecossistema de soluções energéticas diversificadas.

Nesse sentido, criamos a (re)energisa, uma marca dedicada aos negócios não regulados, focando em geração distribuída por meio de fontes renováveis, comercialização de energia no mercado livre e serviços de valor agregado. Com uma presença abrangente em todo o país, a (re)energisa tem como propósito auxiliar nossos clientes na transição energética, oferecendo soluções alinhadas aos 4 Ds - Descarbonização, Digitalização, Descentralização e Diversificação.

A Energisa atravessou o ano de 2022 com grande disciplina na gestão PMSO, o que permitiu que os custos operacionais crescessem abaixo dos índices de inflação. Essa abordagem demonstra o compromisso da empresa em manter uma gestão eficiente e controlada, mesmo em um contexto desafiador, visando à sustentabilidade e à busca por resultados positivos.

Podemos creditar essas conquistas a um trabalho multidisciplinar, que envolve várias áreas do Grupo dedicadas a manter o cliente no centro; além de uma cultura que está em constante evolução e tem como base nossos valores e a manutenção de um ambiente de confiança e alta performance.

Temos orgulho de ser um Grupo brasileiro que atua no setor elétrico há 118 anos. Acompanhamos e impulsionamos muitas transformações no país ao longo da nossa trajetória e temos consciência de que os próximos anos serão de mudanças ainda mais profundas. Nossa estratégia de longo prazo está ancorada no compromisso com o desenvolvimento sustentável, uma prova da nossa confiança no futuro do Brasil e do nosso desejo de seguir contribuindo com essa história.

Cataguases, 26 de abril de 2023.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente da Energisa Paranaíta Transmissora de Energia I S/A

Ricardo Perez Botelho
Presidente do Grupo Energisa

2. Área de atuação

A Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A (nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de junho de 2016 e tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

Em 11 de fevereiro de 2022, a Energisa S/A e sua controlada direta Energisa Transmissão de Energia S/A, concluíram a operação de aquisição de ações representativas de 100% do capital social total e votante da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A., após o cumprimento das condições precedentes. O ativo adquirido corresponde a uma subestação denominada Paranaíta com 500/138 KV 3 x 50 MVA + reserva conforme contrato de concessão nº 22/2016 - Lote X e leilão da Aneel nº013/2015.

3. Desempenho Operacional

Em 27 de junho de 2016, foi assinado o contrato de concessão nº 22/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 27 de junho de 2046, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado de Mato Grosso, composta pela Linha de Transmissão SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA, conexões de unidades de transmissão, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Tabela 1 - Linhas de Transmissão – Características Físicas

Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Paranaíta	-	-	-	50	27/06/2019	27/06/2046

A seguir são apresentados resultados sobre as características financeiras das linhas de transmissão:

Tabela 2 - Linhas de Transmissão – Características Financeiras

Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R$ mil) *	Mês Base	Índice de correção
SE Paranaíta	100%	12.188	IPCA	100%

(*) RAP estabelecida conforme resolução homologatória nº 3.067 de 12 de julho de 2022

A RAP esperada, sem considerar novos projetos, é de R$ 12.424 para 2023 e de R$ 12.710 para 2024, conforme quadro a seguir:

Tabela 3 - RAP esperada (R$ mil)

Linha de Transmissão - RAP Proporcional	2021(*)	2022(*)	2023	2024	2025	2026	2027
SE Paranaíta	10.313	11.331	12.424	12.710	12.972	13.229	13.497
Total	**10.313**	**11.331**	**12.424**	**12.710**	**12.972**	**13.229**	**13.497**

(*) RAP realizada

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia possui Licença Operacional nº 319.286/2019, com vencimento em 13 de abril de 2024, emitida em 12 de fevereiro de 2016.

Tabela 4 - Licenças expedidas

Linha de Transmissão	Licenças Operação (LO) ou Instalação (LI)	Data de emissão	Vencimento
SE Paranaíta	LO 319.286/2019	12/02/2016	13/04/2024

4. Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório

Custos e Despesas: os custos e as despesas operacionais totalizaram em 2022 R$ 3.466 (R$ 3.504 em 2021).

Lucro/Prejuízo: No exercício de 2022, a Companhia apurou lucro de R$ 7.461 (R$ 5.724 em 2021). A Companhia possui prejuízos acumulados no montante de R$ 50.101 (R$ 41.597 em 2021).

Composição Acionária: A Companhia é uma empresa de capital fechado, cujo controle é detido pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total). Em 11 de fevereiro de 2022, a Energisa S/A e sua controlada direta Energisa Transmissão de Energia S/A, concluíram a operação de aquisição de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A., após o cumprimento das condições precedentes. O capital social da Companhia é composto por 31.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, em 2022 o montante calculado foi de R$ 3.792 (R$ 2.285 em 2021).

Atendimento a Acionistas: A área de Relações com Investidores das companhias listadas do grupo Energisa S/A está à disposição dos seus acionistas através do endereço Praça Rui Barbosa, 80 (parte) – Centro, Cataguases, Minas Gerais e através do telefone +55 (32) 3429-6226 e por e-mail ri@energisa.com.br

5. Meio Ambiente

Na operação da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna - Tem como objetivo principal monitorar as espécies da fauna terrestre, e assim, avaliar a influência dos impactos possivelmente gerados pela implantação do empreendimento, fornecendo subsídios para proposição de medidas mitigadoras e de manejo, a médio e longo prazo, caso seja necessário.

2. Monitoramento e manejo da flora – A flora é contemplada em programas de monitoramento e manejo, tais como resgate de germoplasma (sementes), cujo objetivo é a proposição de medidas eficazes de conservação dos recursos biológicos e genéticos vegetais na área diretamente afetada pelo empreendimento, visando mitigar e compensar o impacto relacionado à perda de cobertura vegetal nativa; e programa de reposição florestal, cujo objetivo é realizar a compensação ambiental pela vegetação suprimida em decorrência da implantação do empreendimento, monitorando o sucesso das brotas, como forma de aferir a efetividade das ações implementadas, corrigindo-as sempre que necessário.

3. Controle e Monitoramento de Ruídos - o objetivo deste programa é monitorar o nível de ruído ambiente nas áreas vizinhas ao empreendimento, tornando possível aferir a relevância do impacto acústico nos receptores próximos e propor medidas preventivas e de controle sobre as fontes de perturbação sonora. Uma das metas desse programa é a manutenção dos níveis de ruído ambiente nas imediações da operação que garantam a manutenção da qualidade acústica recomendada pela norma ABNT NBR 10151:2000 para o ambiente de inserção do empreendimento.

4. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos –programa visa estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento de processos erosivos que possam ocorrer durante a instalação e operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

5. Gestão de Resíduos Sólidos - programas elaborados no âmbito do licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, cujo objetivos são reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

6.Comunicação Social – programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

6. Planejamento Empresarial

Ser protagonista na transformação energética, conectando pessoas e empresas à melhor solução de energia e construindo um mundo mais sustentável. Essa é a visão da Energisa para os próximos cinco anos.

O posicionamento é fruto de um trabalho iniciado em 2021 e desdobrado em 2022, que compreendeu um denso exercício de planejamento estratégico. Esse processo envolveu o mapeamento de tendências, desenho de cenários, identificação de novas tecnologias e modelos de negócios e debates entre a alta liderança e o Conselho de Administração.

A partir disso, o ecossistema Energisa foi reavaliado e foram traçadas estratégias diferenciadas para torná-lo mais ágil e sinérgico, alavancado pelo empreendedorismo, pela eficiência e por meio da alocação responsável de capital.

Como orientadores desse ecossistema, estão tendências rumo ao futuro sustentável dos negócios e do setor elétrico, em torno de 4Ds: digitalização, descarbonização, diversificação e descentralização.

Na Transmissão, o planejamento e consolidação das demandas sistêmicas para a expansão da transmissão são realizados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Grupo Energisa acompanha e participa dos Grupos de Trabalho organizados, de modo que estejamos sempre atualizados e preparados para os desafios que virão nos certames realizados pela ANEEL. A Energisa vem se consolidando como um dos principais players de Transmissão do país nos últimos anos, sendo vencedora de 8 lotes em leilões de transmissão desde 2017. A Transmissão, por ser um segmento regulatoriamente estável e com alta previsibilidade de receitas, é um veículo muito relevante na diversificação de portfólio do Grupo.

A Energisa entende a inovação como alavanca para maximizar sua geração de valor. Assim, investe tempestivamente em projetos e iniciativas que contribuam para seus objetivos estratégicos, assim como para a digitalização, a descentralização, a descarbonização e a diversificação na Companhia e no setor elétrico. A estratégia de inovação, os projetos e os investimentos realizados levaram a Energisa a figurar entre as empresas mais inovadoras do país. Em 2022, a Companhia foi reconhecida no Época Negócios (dimensão Inovação) como a empresa mais Inovadora do setor elétrico no Brasil, se manteve entre as 3 mais inovadoras do setor na Premiação do Valor Inovação e o grupo Energisa foi reconhecido pela Forbes como uma das 10 Empresas mais Inovadoras do Brasil.

A Companhia conta com o Energisa Digital Labs, um centro de excelência em advanced analytics e inteligência artificial criado em 2021, com foco na disseminação da cultura data-driven. Isto é, processos de tomada de decisão embasados na coleta, transformação e análise de dados. Por meio da construção de produtos e serviços centrados no cliente, transformação de dados em inteligência analítica avançada e promoção do mindset ágil, busca promover a tomada de decisão baseada em dados em todas as áreas de companhia, da operação à proteção de receita. Eles envolvem, por exemplo, algoritmos preditivos e prescritivos para o monitoramento de ativos, que permitem antecipar possíveis falhas em transformadores, bem como algoritmos de otimização para o planejamento de obras que possibilitam eficiência operacional no processo e melhor logística na execução das obras.

Para estimular a inovação no ambiente interno, a Energisa mantém o e-nova, um programa interno colaborativo, que funciona de forma contínua e é focado na inovação incremental e registrou +2.100 ideias e +300 projetos aprovados em 2022. Além disso, para descentralizar o conhecimento em inovação, o Grupo manteve as ações de multiplicação de skills e de capacitação dos colaboradores por meio de eventos recorrentes focados no fomento à Cultura de Dados.

Por fim, o programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) prioriza projetos que resultem em novos produtos ou melhorias operacionais e de processos que alavanquem sua geração de valor para a sociedade e para o futuro do setor. Em 2022, foram investidos +R$ 43 milhões em iniciativas de P&D, um aumento de quase 20% em relação a 2021. Um destaque é o projeto Vila Restauração, que implantou uma micro rede de suprimento de energia em uma comunidade remota da região amazônica, por meio de geração solar fotovoltaica e armazenamento de energia em baterias. Essa solução atendeu a +200 famílias, com disponibilidade de energia de 24h/dia (cerca de 10vezes mais do que o contexto anterior). Através deste projeto, o Grupo Energisa foi Vencedor do “Solar & Storage Awards 2022” – na categoria International Solar and/or Storage Project of the Year.

***

Agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros, investidores, acionistas e todos os demais stakeholders pela confiança na Energisa. Diante desses avanços e de outros tantos que registramos em 2022, temos a convicção de que o futuro já começou para nós e que estamos no caminho certo para maximizar nossa geração de valor. Sabemos que podemos contar com a visão, a estratégia, a estrutura e as pessoas necessárias para isso. Trabalhamos, dia a dia, para liderar transição energética no país, garantir o acesso à energia confiável e conectar pessoas.

Cataguases, 26 de abril de 2023.

A Administração.

Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua São Bento, 18 -
15º e 16º andares
20090-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: + 55 (21) 3981-0500
Fax: + 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 933 de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, das Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 933 de 28 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 2 e nº 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e a apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e principais políticas contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Outros assuntos

Auditoria societária

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras, separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 22 de março de 2023, que continha opinião sem modificações.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 16 de março de 2022, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933 de 28 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Gabriela Rocha Werberich
Contador
CRC nº 1 RS 079489/O-4

2023RJ022431

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

ENERGISA PARANAITA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

(NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.)

CNPJ 24.950.223/0001-88

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	3.744	535
Consumidores e Revendedores	5	1.486	1.325
Tributos a recuperar	6	453	529
Outros créditos		80	-
Total do circulante		**5.763**	**2.389**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Despesas Antecipadas		56	-
Intangivél	9	19	29
Imobilizado	9	34.102	35.299
	9	**34.121**	**35.328**
Total do não circulante		**34.177**	**35.328**
Total do ativo		**39.940**	**37.717**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória.

ENERGISA PARANAITA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

(NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.)

CNPJ 24.950.223/0001-88

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	618	57
Salários e encargos a pagar		-	1
Impostos e contribuições sociais	11	212	1.079
Encargos setoriais		63	60
Obrigações com P&D e PEE		32	-
Total do circulante		**925**	**1.197**
Não circulante			
Obrigações com P&D e PEE		34	-
Total do não circulante		**34**	**-**
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital			
Capital social	12.1	38.500	31.000
Reserva de lucros	12.2	50.582	47.117
Prejuízos acumulados	12.6	(50.101)	(41.597)
Total patrimônio líquido		**38.981**	**36.520**
Total do passivo e patrimônio líquido		**39.940**	**37.717**
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória.

ENERGISA PARANAITA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

(NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.)

CNPJ 24.950.223/0001-88

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**13**	**11.930**	**10.867**
Receita com transmissão de energia	**13**	11.756	10.867
Outras receitas vinculadas	**13**	174	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL			
TRIBUTOS		**599**	**554**
Federais	13	441	397
ENCARGOS - Parcela "A"		**158**	157
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	13	113	112
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	13	45	45
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	11.331	**10.313**
CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela B		**3.466**	**3.364**
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada	14	39	103
Material	14	250	-
Serviços de terceiros	14	1.876	1.609
Arrendamento e Aluguéis		0	28
Seguros		20	64
Tributos		0	57
Gastos diversos		70	442
Depreciação e amortização	14	1.211	1.201
Custo de Construção		-	-
Outras Receita/Despesas Operacionais		-	(140)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E IMPOSTOS		**7.865**	**6.949**
RESULTADO FINANCEIRO	15	**48**	**(295)**
Receitas financeiras	15	170	15
Despesa Financeira	15	(122)	(310)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS		**7.913**	**6.654**
Imposto de Renda e contribuição social corrente	7	(241)	930
Imposto de Renda e contribuição social diferido	7	(211)	-
LUCRO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO		**7.461**	**5.724**
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória.

ENERGISA PARANAITA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

(NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.)

CNPJ 24.950.223/0001-88

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
lucro liquído do exercício		**7.461**	**5.724**
Total de outros resultados abrangentes do exercício		**7.461**	**5.724**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória.

ENERGISA PARANAITA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

(NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.)

CNPJ 24.950.223/0001-88

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuizos) acumulados	Recursos destinados e futuro aumento de capital	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**25.000**	**627**	**5.735**	**-**	**6.000**	**37.362**
Efeitos oriundos da contabilidade societaria	-	665	42.184	(42.849)	-	-
Aumento de capital com AFAC	6.000	-	-	-	(6.000)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.724	-	5.724
Proposta de destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	481	-	(481)	-	-
Dividendos	-	-	-	(6.566)	-	(6.566)
Constituição de Reservas de lucros	-	-	(2.575)	2.575	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**31.000**	**1.773**	**45.344**	**(41.597)**	**-**	**36.520**
Aumento de capital conforme AGE de 20/05/2022	7.500	-	(7.500)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.461	-	7.461
Proposta de destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	798	-	(798)	-	-
Dividendos	-	-	-	(5.000)	-	(5.000)
Retenção de lucros	-	-	10.167	(10.167)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**38.500**	**2.571**	**48.011**	**(50.101)**	**-**	**38.981**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARANAITA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

(NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.)

CNPJ 24.950.223/0001-88

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro liquido do exercício		7.461	5.724
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		452	-
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas		(169)	-
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão		-	227
Amortização e depreciação		1.211	1.202
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição de consumidores e concessionárias		(161)	-
Diminuição de tributos a recuperar		80	894
Diminuição de despesas antecipadas		-	28
(Aumento) de outros créditos		(136)	-
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		561	57
(Diminuição) de obrigações estimadas		-	(2.026)
(Diminuição) de Tributos e contribuições sociais		(1.318)	-
Aumento (Diminuição) de outras contas a pagar		67	(9)
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais		**8.048**	**6.097**
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		165	-
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção		(4)	-
Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia		-	-
Caixa liquido (consumido) gerado nas atividades de investimentos		**161**	**-**
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(5.000)	-
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures		-	(6.567)
Caixa liquido (consumido) nas atividades de financiamento		**(5.000)**	**(6.567)**
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		**3.209**	**(470)**
Caixa e equivalentes de caixa iniciais		535	1.005
Caixa e equivalentes de caixa finais		3.744	535
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		**3.209**	**(470)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A
(nova denominação social da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.)
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A ("Companhia"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de junho de 2016 e tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Alteração do controlador

Em 11 de fevereiro de 2022, a Energisa S/A e sua controlada direta Energisa Transmissão de Energia S/A, concluíram a operação de aquisição de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A., após o cumprimento das condições precedentes. O ativo adquirido corresponde a uma subestação denominada Paranaíta com 500/138 KV 3 x 50 MVA + reserva conforme contrato de concessão nº 22/2016 - Lote X e leilão da Aneel nº013/2015.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2022 foi aprovada a alteração da razão social da Companhia para Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A (nova denominação social da GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.).

1.2 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2016, foi assinado o contrato de concessão nº 22/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 27 de junho de 2046, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado de Mato Grosso, composta pela Linha de Transmissão SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA, conexões de unidades de transmissão, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I – operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V – submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

1.3 Setor elétrico do Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). A transmissão de energia elétrica é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST- Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são corrigidas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão e a revisão tarifária se realiza a cada cinco anos. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi aprovada em Reunião da Diretoria em 26 de abril de 2023.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE") aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas.

Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

I. Nota explicativa nº 7- Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
II. Nota explicativa nº 9 – Imobilizado e intangível; e
III. Nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3 Principais políticas contábeis regulatórias

As Práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº3.1, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

a. Imobilizado:

Imobilizado em serviço: registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

b. Intangível - Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

c. Reconhecimento de receita - a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. A receita operacional é reconhecida quando: a) existir a evidência de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para tomador dos serviços; b) existir evidência de prováveis benefícios econômico-financeiros para a entidade e que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e; c) valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma, a receita da Companhia é reconhecida mediante a disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica com base nos valores estabelecidos no contrato de concessão e nas resoluções homologatórias da ANEEL.

4 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e Equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 40,0% do CDI.

Descrição	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	68	535
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações compromissadas	3.676	-
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante [1]	**3.744**	**535**

[1] As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5 Concessionárias e Permissionárias

	2022	2021
Contas a receber com partes relacionadas	40	-
Contas a receber de demais clientes	1.446	1.325
Total - circulante	**1.486**	**1.325**

6 Tributos a recuperar

Descrição	2022	2021
Imposto de renda s/ aplicação financeira	377	425
Contribuição Social s/o Lucro – CSLL	64	92
Contribuições ao Pis e a COFINS	12	12
Total - circulante	**453**	**529**

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

7 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de operações com transmissão de energia	11.756	11.756	10.867	10.867
Alíquotas de presunção	**8%**	**12%**	**8%**	**12%**
Lucro presumido sobre a receita bruta	**940**	**1.411**	**869**	**1.304**
Receitas financeiras	170	170	15	15
Outras receitas	174	174	-	-
Total das Receitas sem presunção	**344**	**344**	**15**	**15**
Base de cálculo total	1.284	1.755	884	1.319
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	321	158	221	119
Ajuste alteração de alíquota	-	-	454	163
Outros	(26)	(1)	(27)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**295**	**157**	**648**	**282**

8 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia

A Energisa Transmissão de Energia S/A é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas das Energisa S/A		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A; e	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A.	ALSOL	Holding
Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

		Serviços contratados	Receita com transmissão de energia (1)	Saldo a pagar (fornecedores)	Clientes
ESOL (2)		(583)	-	(583)	-
ESS		-	11	-	-
EBO		-	1	-	-
ETO		-	6	-	-
EMT		-	8.219	-	40
ESE		-	5	-	-
EMS		-	14	-	-
EPB		-	12	-	-
EMR		-	2	-	-
EAC		-	1	-	-
ERO		-	6	-	-
	2022	**(583)**	**8.277**	**(583)**	**40**

(1) Referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

(2) Energisa Soluções S/A: as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

Remuneração dos administradores

	2022
Remuneração dos membros da Diretoria	6

9 Imobilizado e intangível

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Ativo Imobilizado	Valor Bruto em 2021	Adições	Valor Bruto em 2022	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2022	Valor Líquido em 2021
Ativo Imobilizado em Serviço Transmissão	**37.781**	**-**	**37.781**	**(3.683)**	**34.098**	**35.299**
Terrenos	102	-	102	-	102	102
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	547	-	547	(59)	488	507
Máquinas e Equipamentos	37.130	-	37.130	(3.624)	33.506	34.688
Móveis e Utensílios	2	-	2	-	2	2
Administração	**-**	**4**	**4**	**-**	**4**	**-**
Máquinas e Equipamentos	-	4	4	-	4	-
Total do Ativo Imobilizado	**37.781**	**4**	**37.785**	**(3.683)**	**34.102**	**35.299**

Ativo Imobilizado	Valor Bruto em 2020	Valor Bruto em 2021	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2021	Valor Líquido em 2020
Ativo Imobilizado em Serviço Transmissão					
Terrenos	102	102	-	102	102
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	547	547	(40)	507	526
Máquinas e Equipamentos	37.130	37.130	(2.442)	34.688	35.860
Móveis e Utensílios	2	2	-	2	2
Total do Ativo Imobilizado	**37.781**	**37.781**	**(2.482)**	**35.299**	**36.490**

Por natureza, os valores do Intangível estão compostos da seguinte forma:

Intangível	Valor Bruto em 2021	Valor Bruto em 2022	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2022	Valor Líquido em 2021
Ativo Intangível em Serviço					
Transmissão	**50**	**50**	**(31)**	**19**	**29**
Softwares	50	50	(31)	19	29
Total do Ativo Intangível	**50**	**50**	**(31)**	**19**	**29**

Intangível	Valor Bruto em 2020	Valor Bruto em 2021	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2021	Valor Líquido em 2020
Ativo Intangível em Serviço					
Transmissão	**50**	**50**	**(21)**	**29**	**39**
Servidões	50	50	(21)	29	39
Total do Ativo Intangível	**50**	50	(21)	29	**39**

Ativo Imobilizado e Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2022			2021
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		**37.831**	**(3.714)**	**34.117**	**35.328**
Custo Histórico	3,27%	37.831	(3.714)	34.117	35.328
Administração		**4**	**-**	**4**	**-**
Custo Histórico	0,00%	4	-	4	-
		37.835	**(3.714)**	**34.121**	**35.328**

Ativo Imobilizado e Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021			2020
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Custo Histórico	3,27%	37.831	(2.503)	35.328	36.529
		37.831	**(2.503)**	**35.328**	**36.529**

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11/2015 são as seguintes:

	Taxa anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Transformador de Força	2,86%
Painel, Mesa de comando e Cubículo	3,57%
Estrutura de Suporte de Equipamento e de Barramento	3,13%
Disjuntor	3,03%

A principal adição (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício:

DESCRIÇÃO DO BEM	2022
235-EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMÁTICA	4
	4

10 Fornecedores

	2022	2021
Serviços	618	57
Total - circulante	**618**	**57**

11 Impostos e contribuições sociais

	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS [1]	-	962
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	62	45
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	95	31
Contribuições ao PIS e a COFINS [2]	51	35
Encargos Sociais	-	4
Imposto de renda retido na fonte	2	1
Tributos retidos na Fonte (PIS/COFINS/CSLL)	2	2
Total	**212**	**1.079**
Circulante	**212**	**1.079**

(1) **ICMS Diferencial de alíquota-Auto de infração:** A Companhia recebeu em janeiro de 2021 notificação da Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso acusando um débito de ICMS diferencial de alíquota sobre aquisições de equipamentos e materiais para construção do empreendimento. o saldo passivo representa as 3 últimas parcelas do parcelamento gerado em 10 parcelas, sendo 7 pagas no decorrer de 2021. O processo foi concluído em março de 2022, com a quitação da última parcela.

(2) PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

12 Patrimônio Líquido

12.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R$38.500 (R$31.000 em 2021), representando 31.000.000 (31.000.000 em 2021) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$7.500, sendo realizado mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de retenção de lucros, passando o capital social da Companhia para R$38.500 sem emissão de novas ações.

12.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

12.3 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

O montante de reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$48.011 (R$45.344 em 2021). Em 2022, foram retidos R$10.167 (R$2.575 em 2021) com base no orçamento de capital a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

12.4 Limite de Reserva de Lucros

A Diretoria irá propor à AGE, a capitalização de R$7.500 de parte do saldo da reserva de retenção de lucros, de forma que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6.404/76. Com esse aumento, o capital social passará a ser de R$38.500 sem alteração da quantidade de ações.

12.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício - Societário	15.965	9.622
Reserva legal – 5%	(798)	(481)
Lucro líquido ajustado	**15.167**	**9.141**
Dividendos obrigatórios (25%)	3.792	2.285
. Valores pagos em 2021 correspondem a R$0,211806 por ação ordinária [1]	-	6.566
. Valores pagos em 23 de dezembro de 2022 correspondem a R$0,1298701298 por ação ordinária [1]	5.000	-
Total dos dividendos	**5.000**	**6.566**
% sobre o lucro líquido ajustado	32,96%	71,84%

(1) Os dividendos antecipados aprovados na Reunião do Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2022 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de outubro de 2022.

12.6Prejuízos acumulados

A Companhia possui prejuízos acumulados no montante de R$50.101 (R$41.597 em 2021) conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.7.

13 Receita operacional

	2022	2021
Receita com transmissão de energia	11.756	10.867
Outras receitas vinculadas	174	-
Total de receita operacional bruta	**11.930**	**10.867**
Deduções da receita operacional		
PIS e COFINS	(441)	(397)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(113)	(112)
Taxa de fiscalização	(45)	(45)
Dedução da receita	**(599)**	**(554)**
Receita operacional líquida	**11.331**	**10.313**

14 Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	De Operação	Despesas Gerais e Administrativas	2022	2021
Pessoal	-	39	39	94
Material	245	5	250	-
Serviços de terceiros	1.689	187	1.876	1.609
Depreciação e Amortização	1.211	-	1.211	1.201
Outras	74	16	90	591
	3.219	**247**	**3.466**	**3.504**

15 Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receita de aplicação financeira	165	15
Outras receitas	5	-
Total das receitas financeiras	**170**	**15**
Juros e multa	-	(310)
Despesas Bancárias/IOF	(14)	-
Outras despesas	(108)	-
Total despesas financeiras	**(122)**	**(310)**
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**48**	**(295)**

16 Lucro por ação - Societário

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	15.965	9.622
Média ponderada das ações	31.000	31.000
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$ (*)	**0,52**	**0,31**

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

17 Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			2022
Risco Operacional	13/03/2024	80.000	70
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2023	90.000	1
			71

18 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa		68	68	535	535
Concessionárias e permissionárias		1.486	1.486	1.325	1.325
		1.554	**1.554**	**1.860**	**1.860**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	3.676	3.676	-	-
		3.676	**3.676**	**-**	**-**

PASSIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		618	618	57	57
		618	**618**	**57**	**57**

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Gerenciamento de risco financeiro

A diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da controladora Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia, através da controladora, conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não operou com derivativos.

Gerenciamento dos riscos de liquidez

Suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia conseguir cumprir seu planejamento financeiro para os próximos exercícios. A Companhia faz gestão de eventuais alterações no cronograma e processos judiciais que possam impactar os recebimentos.

19 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2022 e 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2022	2021
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	7.500	6.000

20 Eventos subsequentes

20.1 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

21 Conciliação do Balanço Patrimonial Societário e Regulatório

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
(NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.)
CNPJ 24.950.223/0001-88
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

		2022			2021		
	Nota	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa		3.744	-	3.744	535	-	535
Concessionárias e Permissionárias		1.486	-	1.486	1.325	-	1.325
Tributos a recuperar		453	-	453	529	-	529
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	21.1	10.442	(10.442)	-	10.669	(10.669)	-
Outros créditos		80	-	80	-	-	-
Total do circulante		**16.205**	**(10.442)**	**5.763**	**13.058**	**(10.669)**	**2.389**
Não circulante							
Realizável a Longo Prazo							
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	21.1	77.168	(77.168)	-	69.095	(69.095)	-
Despesas pagas antecipadamente		56	-	56	-	-	-
Intangível	21.2	-	19	19	-	29	29
Imobilizado	21.2	4	34.098	34.102	-	35.299	35.299
Total do não circulante		**77.228**	**(43.051)**	**34.177**	**69.095**	**(33.767)**	**35.328**
Total do Ativo		**93.433**	**(53.493)**	**39.940**	**82.153**	**(44.436)**	**37.717**

PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
(NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.)
CNPJ 24.950.223/0001-88
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022			2021		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		618	-	618	57	-	57
Salários e encargos a pagar		-	-	-	2	(1)	1
Impostos e contribuições sociais	21.5	577	(365)	212	1.143	(64)	1.079
Encargos setoriais		63	-	63	60	-	60
Obrigações com P&D e PEE		32	-	32	-	-	-
Total do circulante		**1.290**	**(365)**	**925**	**1.262**	**(65)**	**1.197**
Não circulante							
Impostos e contribuições sociais	21.5	253	(253)	-	-	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	21.3	2.774	(2.774)	-	2.774	(2.774)	-
Obrigações com P&D e PEE		34	-	34	-	-	-
Total do não circulante		**3.061**	**(3.027)**	**34**	**2.774**	**(2.774)**	**-**
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital							
Capital social		38.500	-	38.500	31.000	-	31.000
Reservas de lucros		48.011	-	48.011	45.344	-	45.344
Reserva Legal		2.571	-	2.571	1.773	-	1.773
Prejuízos acumulados	21.7	-	(50.101)	(50.101)	-	(41.597)	(41.597)
Total patrimônio líquido		**89.082**	**(50.101)**	**38.981**	**78.117**	**(41.597)**	**36.520**
Total do passivo e patrimônio líquido		**93.433**	**(53.493)**	**39.940**	**82.153**	**(44.436)**	**37.717**

PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
(NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.)
CNPJ 24.950.223/0001-88
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS DE 2022 E 2021
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

		2022			2021		
	Nota	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE							
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**19.776**	**(7.846)**	**11.930**	**12.996**	**(2.129)**	**10.867**
Ganho (Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	21.1	-	-	-	509	(509)	-
Receita de operação e manutenção	21.1	1.757	(1.757)	-	1.383	(1.383)	-
Receita de remuneração do ativo de contrato	21.1	16.917	(16.917)	-	11.104	(11.104)	-
Receita com transmissão de energia	21.1	-	11.756	11.756	-	10.867	10.867
Outras receitas vinculadas	21.1	1.102	(928)	174	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL							
TRIBUTOS		**1.152**	**(553)**	**599**	**745**	**(191)**	**554**
Federais	21.1	994	(553)	441	588	(191)	397
Encargos - parcela A		**158**	**-**	**158**	**157**	**-**	**157**
P&D, FNDCT, MME		113	-	113	112	-	112
Taxa de fiscalização		45	-	45	45	-	45
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**18.624**	**(7.293)**	**11.331**	**12.251**	**(1.938)**	**10.313**
CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela B		**2.255**	**1.211**	**3.466**	**1.953**	**1.411**	**3.364**
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada		39	-	39	103	-	103
Material		250	-	250	-	-	-
Serviços de terceiros		1.876	-	1.876	1.399	210	1.609
Arrendamento e Aluguéis		-	-	-	28	-	28
Seguros		20	-	20	64	-	64
Tributos		-	-	-	57	-	57
Gastos diversos		70	-	70	442	-	442
Depreciação e amortização	21.4	-	1.211	1.211	-	1.201	1.201
Outras Receita/Despesas Operacionais		-	-	-	(140)	-	(140)
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		**16.369**	**(8.504)**	**7.865**	**10.298**	**(3.349)**	**6.949**
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E IMPOSTOS		**16.369**	**(8.504)**	**7.865**	**10.298**	**(3.349)**	**6.949**
RESULTADO FINANCEIRO		**48**	**-**	**48**	**(295)**	**-**	**(295)**
Receitas financeiras		170	-	170	15	-	15
Despesa Financeira		(122)	-	(122)	(310)	-	(310)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS		**16.417**	**(8.504)**	**7.913**	**10.003**	**(3.349)**	**6.654**
Imposto de Renda e contribuição social corrente	21.6	(241)	-	(241)	(301)	(629)	(930)
Imposto de Renda e contribuição social diferido	21.6	(211)	-	(211)	(80)	80	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**15.965**	**(8.504)**	**7.461**	**9.622**	**(3.897)**	**5.724**

A seguir é detalhada a natureza dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

21.1 Concessão do serviço público - ativo de contrato e receitas com transmissão de energia elétrica

A Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão o CPC 47 – Receita de contratos com cliente o direito à contraprestação por bens e serviços foram condicionados ao cumprimento de obrigações de desempenho da Companhia que passou a se enquadrar as prerrogativas da nova norma o que obrigou a reconhecer as contraprestações como um "Ativo de Contrato", passando as receitas relativas à infraestrutura de transmissão ser reconhecidas como base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. A margem de construção é recebida durante a obra e variações do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, quando incorridas. Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o Poder Concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. As receitas reconhecidas pela Companhia são: (i) receita de construção e margem de construção: refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento; (ii) remuneração do ativo de contrato: refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio; (iii) receita de operação e manutenção: refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção; e (iv) ganho de eficiência na implementação da infraestrutura: refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto,

Em 01 de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 que orienta as transmissoras de energia elétrica quanto ao atendimento aos aspectos relevantes do CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os principais assuntos relevantes neste Ofício referem-se a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica especifica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

A Companhia reconheceu no exercício de 2022 como ativo contrato o montante de R$87.610 (R$79.764 em 2021), dos quais R$10.442 (R$10.669 em 2021) no ativo circulante e R$77.168 (R$69.095 em 2021) contabilizado no ativo não circulante, a receita de remuneração de ativo de contratos R$16.917 (R$11.104 em 2021), a receita de operação e manutenção R$1.757 (R$1.383 em 2021), contabilizados na receita operacional.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das redes de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47, incluindo as receitas e custos, foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

21.2 Imobilizado e intangível

A Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão o CPC 47 – Receita de contratos com cliente o direito à contraprestação por bens e serviços foram condicionados ao cumprimento de obrigações de desempenho da Companhia que passou a se enquadrar as prerrogativas da nova norma o que obrigou a reconhecer as contraprestações como um "Ativo de Contrato", passando as receitas relativas à infraestrutura de transmissão ser reconhecidas como base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. A margem de construção é recebida durante a obra e variações do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, quando incorridas. Maiores detalhes mencionados na nota explicativa 21.1.

Imobilizado e Intangível	Saldo Societário 2022	Concessão do serviço público (ativo de contrato)	Reclassificação	Saldo Regulatório 2022
Imobilizado				
Custo	4	-	37.781	37.785
Depreciação	-	-	(3.683)	(3.683)
	4	**-**	**34.098**	**34.102**
Intangível				
Custo	-	37.831	(37.781)	50
Amortização	-	(3.714)	3.683	(31)
	-	**34.117**	**(34.098)**	**19**
Total	**4**	**34.117**	**-**	**34.121**

Imobilizado e Intangível	Saldo Societário 2021	Concessão do serviço público (aditivo de contrato)	Reclassificação	Saldo Regulatório 2021
Imobilizado				
Custo	-	-	37.781	37.781
Depreciação	-	-	(2.482)	(2.482)
	-	**-**	**35.299**	**35.299**
Intangível				
Custo	-	37.831	(37.781)	50
Amortização	-	(2.503)	2.482	(21)
	-	**35.328**	**(35.299)**	**29**
Total	-	**35.328**	**-**	**35.328**

21.3 Créditos tributários e impostos diferidos

A Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão o CPC 47 – Receita de contratos com cliente o direito à contraprestação por bens e serviços foram condicionados ao cumprimento de obrigações de desempenho da Companhia que passou a se enquadrar as prerrogativas da nova norma o que obrigou a reconhecer as contraprestações como um "Ativo de Contrato", passando as receitas relativas à infraestrutura de transmissão ser reconhecidas como base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. A margem de construção é recebida durante a obra e variações do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, quando incorridas. Maiores detalhes mencionados na nota explicativa 21.1.

Os ajustes efetuados no imposto de renda e contribuição social diferidos refletem os efeitos dos impostos calculados à alíquota de presunção, incidentes sobre a Reavaliação regulatória compulsória, a seguir.

	IRPJ + CSLL Societário 2022	Ajustes	IRPJ + CSLL Regulatório 2022	IRPJ + CSLL Societário 2021	Ajustes	IRPJ + CSLL Regulatório 2021
Concessão de serviço público (ativo de contrato)	(2.774)	2.774	-	(2.774)	2.774	-
Total - Ativo não Circulante	**(2.774)**	**2.774**	**-**	**(2.774)**	**2.774**	**-**

21.4 Despesas de depreciação e de amortização

Contempla as diferenças de depreciação e amortização ocasionadas pelas diferenças de práticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias, vide item 21.2.

	2022	2021
Despesa de Depreciação Societária	-	-
Despesa de Depreciação Regulatória	1.211	1.201
Diferença de práticas	**1.211**	**1.201**

21.5 Impostos e contribuições sociais

A Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão o CPC 47 – Receita de contratos com cliente o direito à contraprestação por bens e serviços foram condicionados ao cumprimento de obrigações de desempenho da Companhia que passou a se enquadrar as prerrogativas da nova norma o que obrigou a reconhecer as contraprestações como um "Ativo de Contrato", passando as receitas relativas à infraestrutura de transmissão ser reconhecidas como base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. A margem de construção é recebida durante a obra e variações do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, quando incorridas. Maiores detalhes mencionados na nota explicativa 21.1.

	2022			2021		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	-	962	-	962
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (*)	83	(21)	62	65	(21)	44
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (*)	105	(10)	95	41	**(10)**	31
Contribuições ao PIS e a COFINS (*)	637	(586)	51	68	(33)	35
Encargos Sociais	-	-	-	4	-	4
Imposto de renda retido na fonte	2	-	2	1	-	1
Tributos retidos na Fonte (PIS/COFINS/CSLL)	3	(1)	2	2	-	2
Total	**830**	**(618)**	**212**	**1.143**	**(64)**	**1.079**
Circulante	577	(365)	212	1.143	(64)	1.079
Não circulante	253	(253)	-	-	-	-

(*) Valor referente ao pis, COFINS, IRPJ e CSLL diferidos s/ receita de construção, margem de contrato e da correção monetária, dados ao CPC 47, não há efeito no cenário Regulatório.

21.6 Despesa de imposto de renda e contribuição social

As diferenças são decorrentes de práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária e que resultam nos seguintes efeitos:

Regime lucro presumido	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Efeito decorrente de prática adotada exclusivamente na contabilidade societária:				
Receitas de operações com transmissão de energia	11.756	11.756	10.867	10.867
Receita operacional bruta	(18.674)	(18.674)	(12.996)	(12.996)
Alíquota de presunção	**8%**	**12%**	**8%**	**12%**
Lucro presumido sobre a receita bruta	**(553)**	**(830)**	**(171)**	**(256)**
Receitas financeiras	-	-	-	-
Outras Receitas	(928)	(928)	-	-
Total das receitas sem presunção	**(928)**	**(928)**	**-**	**-**
Base de cálculo total	(1.481)	(1.758)	(171)	(256)
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(370)	(158)	(43)	(23)
Ajuste Alteração de Alíquota	-		452	163
Outros	370	158	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**-**	**-**	**409**	**140**

21.7 Prejuízos acumulados

	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	**(41.597)**	**-**
Efeitos oriundos da contabilidade societária	-	(42.849)
Lucro do exercício	7.461	5.724
Proposta de destinação do lucro líquido - Societário		
Reserva legal	(798)	(481)
Dividendos	(5.000)	(6.566)
Reserva de retenção de lucros	(10.167)	2.575
Saldo em 2022 e 2021	**(50.101)**	**(41.597)**

---*---

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando César Maia
Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/O-0

2023RJ022431